



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA INSTITUCIONAL
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA PÚBLICA

DENYS ANDRÉ DOS SANTOS LINS
FRANCISCO EDUARDO DIAS DA SILVA

**FICHAS DE OCORRÊNCIA DO CICC E O PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA
POLÍCIA MILITAR: a qualidade da informação para o planejamento em Campina
Grande**

DENYS ANDRÉ DOS SANTOS LINS
FRANCISCO EDUARDO DIAS DA SILVA

**FICHAS DE OCORRÊNCIA DO CICC E O PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA
POLÍCIA MILITAR: a qualidade da informação para o planejamento em Campina
Grande**

Artigo final, apresentado ao Centro de Altos Estudos de Segurança Pública da Diretoria de Educação e Cultura Institucional da Polícia Militar da Paraíba, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública.

Orientador: Major PM QOEM 522.360-1
Alessandro Henrique de Andrade.

Linha de pesquisa: Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública.

DENYS ANDRÉ DOS SANTOS LINS
FRANCISCO EDUARDO DIAS DA SILVA

**FICHAS DE OCORRÊNCIA DO CICC E O PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA
POLÍCIA MILITAR: a qualidade da informação para o planejamento em Campina
Grande**

Artigo final apresentado ao Centro de Altos Estudos de Segurança Pública da Diretoria de Educação e Cultura Institucional da Polícia Militar da Paraíba, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Major PM QOEM 522.360-1 Alessandro Henrique de Andrade
Orientador

Prof.(a) _____
Examinador(a) – Centro de Altos Estudos de Segurança Pública

Prof.(a) _____
Examinador(a) – Centro de Altos Estudos de Segurança Pública

João Pessoa – PB
2026

FICHAS DE OCORRÊNCIA DO CICC E O PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR: a qualidade da informação para o planejamento em Campina Grande

DENYS ANDRÉ DOS SANTOS LINS - CAP PM QOEM
FRANCISCO EDUARDO DIAS DA SILVA - CAP PM QOEM

RESUMO

O presente estudo analisa a contribuição das fichas de ocorrência produzidas pelo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Campina Grande para o planejamento operacional ostensivo da Polícia Militar, com ênfase na qualidade da informação. Trata-se de estudo de caso descritivo e documental, de abordagem qualitativa e quantitativa, que analisou as 2.839 ocorrências dos municípios de Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba registradas em março de 2026. A fonte principal foi a planilha consolidada da CPR I exportada do Sistema Informatizado de Gestão da Polícia Militar da Paraíba (SIGPMPB), ordinariamente utilizada pelas seções de planejamento; as fichas em PDF do SIGPMPB e do CICC e a planilha do CICC foram usadas de modo complementar, além de questionário a doze policiais militares. A análise revelou que as fontes são complementares, sem que nenhuma, isoladamente, baste ao planejamento, e identificou limitações relevantes de qualidade: campos integralmente vazios, ausência de decomposição dos tempos de atendimento em 100% dos registros, divergência entre natureza inicial e final em 64,1% dos casos e impossibilidade de atribuir as ocorrências ao batalhão responsável. Constatou-se, ainda, que parte das informações ausentes na planilha do planejamento existe na origem, no CICC, evidenciando perda na integração entre os sistemas. Conclui-se que as fichas contribuem para o planejamento operacional ostensivo, porém de forma limitada pela qualidade e pela disponibilização dos dados, apontando-se melhorias voltadas ao fortalecimento da gestão da informação institucional.

Palavras-chave: Planejamento operacional. Polícia Militar. Gestão da informação. Fichas de ocorrência. CICC.

ABSTRACT

This study analyzes the contribution of the occurrence reports produced by the Integrated Command and Control Center (CICC) of Campina Grande to the ostensive operational planning of the Military Police, emphasizing information quality. It is a descriptive and documentary case study, with a qualitative and quantitative approach, which analyzed the 2,839 occurrences from the municipalities of Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca, and Massaranduba recorded in March 2026. The main source was the consolidated CPR I spreadsheet exported from the Military Police's internal system (SIGPMPB), ordinarily used by planning sections; the PDF reports from SIGPMPB and CICC and the CICC spreadsheet were used in a complementary way, in addition to a questionnaire applied to twelve police officers and enlisted personnel. The analysis showed that the sources are complementary, none being sufficient on its own for planning, and identified relevant quality limitations:

entirely unfilled fields, the absence of a breakdown of response times in 100% of the records, divergence between the initial and final classification in 64.1% of cases, and the impossibility of attributing occurrences to the responsible battalion. It was also found that part of the information missing from the planning spreadsheet exists at the source, in the CICC, evidencing information loss in the integration between the systems. It is concluded that the reports contribute to operational planning, but in a manner limited by data quality and availability, pointing to improvements aimed at strengthening institutional information management.

Keywords: Operational planning. Military Police. Information management. Occurrence reports. CICC.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea exige das instituições policiais mecanismos cada vez mais eficientes de planejamento e tomada de decisão. O aumento da complexidade dos fenômenos criminais e a necessidade de utilização racional dos recursos institucionais passaram a demandar processos capazes de transformar dados operacionais em informações úteis ao direcionamento das ações policiais. Nesse contexto, o planejamento operacional ostensivo assume papel estratégico, especialmente no emprego do efetivo e no desenvolvimento de ações preventivas e repressivas.

A análise criminal consolidou-se como instrumento de apoio à atividade policial: Beato Filho (2012) e Clarke e Eck (2007) destacam que o uso sistemático dos registros permite identificar padrões e direcionar intervenções, e Costa, Oliveira e Araújo (2023) mostram que ferramentas de análise de dados os convertem em informações estratégicas para o planejamento. No contexto paraibano, os Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs) produzem e compartilham informações operacionais (Soares; Batitucci, 2017), entre as quais se destacam as fichas de ocorrência, fonte de conhecimento institucional cujo aproveitamento depende de sua transformação em informação útil à decisão (Marcineiro et al., 2022; Pinto; Ribeiro, 2008).

Entretanto, a produção contínua desses registros não assegura, por si só, seu aproveitamento: resta compreender em que medida e sob que condições de qualidade tais informações efetivamente subsidiam o planejamento. Assim, questiona-se: de que forma as fichas de ocorrência produzidas pelo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Campina Grande contribuem para o planejamento operacional ostensivo da Polícia Militar?

O objetivo geral consiste em analisar a contribuição das fichas de ocorrência produzidas pelo CICC de Campina Grande para o planejamento operacional ostensivo da Polícia Militar, por meio da análise documental e da percepção dos policiais militares.

Como objetivos específicos, busca-se: avaliar a completude e a consistência das informações contidas nas fichas de ocorrência e nas planilhas exportadas dos sistemas da Polícia Militar e do CICC produzidas em março de 2026; examinar a integração entre as bases de dados do CICC e do SIGPMPB, identificando as divergências e as perdas de informação entre elas; identificar, nos registros analisados, as informações de maior relevância para o planejamento operacional ostensivo; e analisar a percepção de oficiais e praças acerca da utilidade, das limitações e das contribuições dessas informações para o planejamento.

A pesquisa justifica-se pela relevância acadêmica, institucional e social da temática, ao contribuir para a compreensão do uso de registros operacionais no contexto do planejamento ostensivo da Polícia Militar, além de fornecer subsídios ao aprimoramento da análise criminal e dos processos de tomada de decisão na segurança pública. Acresce que a confiabilidade das estatísticas criminais consolidadas nacionalmente, a exemplo das reunidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), depende, em última análise, da qualidade dos registros produzidos na ponta, o que amplia o alcance da discussão aqui proposta.

Quanto à metodologia, o estudo combina a análise documental das fichas e planilhas de março de 2026 com questionário a oficiais e praças, conforme detalhado na seção própria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo organiza-se em três eixos (o planejamento operacional ostensivo; a análise criminal, a inteligência policial e o apoio à decisão; e os Centros Integrados de Comando e Controle, o fluxo informacional e as fichas de ocorrência), que fornecem o arcabouço conceitual para avaliar a qualidade das informações produzidas pelo CICC e sua contribuição ao planejamento operacional ostensivo.

2.1 PLANEJAMENTO OPERACIONAL OSTENSIVO NA POLÍCIA MILITAR

O planejamento operacional ostensivo é atividade essencial à Polícia Militar, pois exige a coordenação de recursos e o uso contínuo de informações para o emprego racional do efetivo. Conforme Beato Filho (2012), a atuação policial moderna exige compreender os padrões criminais e as dinâmicas territoriais, incorporando indicadores produzidos pela própria atividade policial. Na Paraíba, a organização territorial apoia-se na Lei Complementar nº 111/2012, que instituiu os Territórios Integrados de Segurança Pública e Defesa Social (TISPs) em três níveis: a Região Integrada (REISP), estratégica, gerida pelos Comandos de Policiamento Regional; a Área Integrada (AISP), tática, gerida pelos batalhões; e o Distrito Integrado (DISP), operacional, a cargo das companhias (Paraíba, 2012).

Como a AISP corresponde à área do batalhão, recorte territorial básico do planejamento, atribuir corretamente cada ocorrência à AISP é condição para o emprego racional do efetivo (seção 4.3): Campina Grande integra a 2ª REISP e reparte-se entre a 22ª AISP (Zona Oeste, 2º BPM) e a 10ª AISP (Zona Leste, 10º BPM).

Mais recentemente, a Lei Complementar nº 212/2025 redefiniu a estrutura da Corporação nos níveis Estratégico, Tático e Operacional e criou estruturas de análise de

informações, a saber, a Assessoria de Análise de Dados e Estatística Institucional e o Centro de Análise Criminal e Estatística, institucionalizando a informação como insumo permanente do planejamento e elevando a relevância da qualidade dos dados, objeto deste estudo.

2.2 ANÁLISE CRIMINAL, INTELIGÊNCIA POLICIAL E APOIO À DECISÃO

A análise criminal consolidou-se como instrumento de apoio à atividade policial, o processo sistemático de coleta, interpretação e transformação de dados em conhecimento aplicável ao planejamento. Silva (2015) ressalta que ela depende diretamente da qualidade e da confiabilidade dos dados e, para Clarke e Eck (2007), ela busca compreender “quem pratica o delito, onde ele ocorre, quando ocorre e por que ocorre” (Clarke; Eck, 2007, p. 18).

Há, contudo, uma diferença de ênfase: enquanto Clarke e Eck centram a análise no problema já materializado (o delito ocorrido), o policiamento orientado por inteligência desloca o eixo para a antecipação. Ratcliffe (2016) sustenta que organizações orientadas pela inteligência usam dados não só para compreender o passado, mas para prever tendências e direcionar a ação antes do evento, identificando áreas críticas, horários e padrões espaciais que apoiam o emprego do efetivo.

Subjacente a essas abordagens está a transformação de dados em conhecimento útil à decisão. Davenport e Prusak (1998) observam que dados isolados têm utilidade limitada, tornando-se relevantes quando organizados e convertidos em informação capaz de subsidiar decisões, e Costa, Oliveira e Araújo (2023) demonstram que ferramentas de Business Intelligence convertem grandes volumes de dados em indicadores de apoio à decisão.

Mais recentemente, o policiamento baseado em evidências sistematiza o uso de dados e de avaliações para orientar as decisões operacionais, embora Lui e Sales (2024) ponderem que sua difusão no Brasil ainda é incipiente e carente de estudos empíricos. Todas essas promessas, contudo, esbarram na qualidade do insumo: para Marcineiro et al. (2022), registros mal preenchidos ou inconsistentes frustram a conversão de dados em conhecimento, de modo que o valor anunciado por Davenport e Prusak (1998) depende, na ponta, da confiabilidade do dado, tensão que este estudo examina empiricamente.

2.3 O CICC, O FLUXO INFORMACIONAL E AS FICHAS DE OCORRÊNCIA

Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs) surgiram com a modernização da gestão da segurança pública, ampliando a integração institucional e o monitoramento das ocorrências. Segundo Soares e Batitucci (2017), sua lógica assenta na coordenação

compartilhada e no uso intensivo de tecnologias da informação, o que lhes confere papel estratégico ao centralizar registros úteis ao planejamento. Para que esse valor se realize, contudo, é necessária a governança dos dados, isto é, o conjunto de normas, papéis e responsabilidades que assegura sua qualidade ao longo do ciclo de produção, integração e uso, sobretudo no setor público (Belli et al., 2024).

Entre os registros produzidos por esses centros destacam-se as fichas de ocorrência, que documentam os fatos atendidos, os recursos empregados e as providências, com potencial para subsidiar a identificação de áreas críticas, padrões temporais e emprego operacional. Pinto e Ribeiro (2008) e Marcineiro et al. (2022) destacam que tais registros são fonte relevante de conhecimento institucional, mas podem apresentar limitações de preenchimento e inconsistências, o que torna sua qualidade condição para o aproveitamento analítico.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA, FONTES E PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e documental, de abordagem qualitativa e quantitativa, desenvolvida na forma de estudo de caso do CICC de Campina Grande. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva busca descrever características de determinado fenômeno ou população, enquanto a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico. A utilização combinada das abordagens qualitativa e quantitativa permite maior abrangência analítica, possibilitando compreender tanto os aspectos objetivos dos registros quanto as percepções dos participantes acerca do fenômeno estudado (Lakatos; Marconi, 2017).

O recorte é março de 2026, período completo mais recente na coleta; inicialmente previsto para abril, foi redefinido após a indisponibilidade temporária do sistema de exportação, que deixou abril incompleto (dados até o dia 19), episódio retomado nos resultados. O corpus reúne quatro fontes complementares, correspondentes a dois sistemas: o Sistema Informatizado de Gestão da Polícia Militar da Paraíba (SIGPMPB), interno e interligado ao CICC, e o sistema de despacho do CICC. Cada sistema apresenta-se em dois formatos: a planilha exportada (Excel/CSV) e a ficha de ocorrência individual em PDF.

A fonte principal da análise foi a planilha consolidada da CPR I exportada do SIGPMPB, filtrada para Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba, por ser a base ordinariamente utilizada pelas seções de planejamento e controle e por permitir filtrações, cruzamentos e tratamento estatístico do conjunto de ocorrências.

As fichas individuais em PDF, tanto do SIGMPB quanto do CICC, foram empregadas de modo complementar e qualitativo, para aprofundar o histórico dos atendimentos, conferir divergências pontuais e evidenciar informações presentes nas fichas e ausentes nas planilhas. Registre-se que, nos dois sistemas, não há funcionalidade disponível para exportar em lote múltiplas fichas em PDF: cada ficha precisa ser localizada, aberta e impressa individualmente, o que inviabiliza a análise automatizada de grande volume de PDFs como rotina de planejamento. A planilha e as fichas do CICC, por sua vez, não integram o fluxo ordinário de consulta das seções de planejamento, sendo obtidas mediante solicitação formal ao Centro.

A análise de qualidade abrangeu o censo das ocorrências dos quatro municípios policiados pelos dois batalhões sediados em Campina Grande, extraídas da planilha consolidada da CPR I por filtro no campo “Cidade” (Campina Grande, 2.650; Boa Vista, 28; Lagoa Seca, 126; e Massaranduba, 35), totalizando 2.839 registros, sem amostragem, o que elimina o viés de seleção e assegura representatividade integral do recorte. O 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) responde pela Zona Oeste de Campina Grande (22ª AISP) e por Boa Vista; o 10º BPM, pela Zona Leste (10ª AISP) e por Lagoa Seca e Massaranduba.

Como o campo de unidade (OPM) é atribuído por município, sem distinguir os batalhões dentro de Campina Grande (limitação retomada nos resultados), e por se avaliar a qualidade da informação, não se excluíram registros duplicados, incompletos ou inconsistentes: eles são o próprio objeto da análise.

Mais do que extrair indicadores criminais dos campos disponíveis (natureza, data e hora, localização, viaturas, efetivo, órgãos e tempos de atendimento), o estudo dirige-se à avaliação da qualidade da informação neles contida, examinando em que medida estão efetivamente preenchidos e são internamente consistentes para subsidiar o planejamento operacional ostensivo.

Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva em duas dimensões: a completude, pela frequência de campos não preenchidos; e a consistência, pela identificação de incoerências internas (tempos zerados, divergências de classificação, duplicidade e ausência de dados de emprego).

A seleção das fichas individuais foi intencional e orientada pela própria análise das planilhas: identificados nelas registros com indícios de inconsistência ou peculiaridade (duplicidades, divergências nos quantitativos de viaturas e veículos, ausência de georreferência, naturezas mal classificadas e registros não encerrados), essas ocorrências foram localizadas e baixadas individualmente, em PDF, para verificação aprofundada. Assim

selecionadas, as fichas não constituíram amostra estatística autônoma; serviram como evidência qualitativa para confirmar os problemas, conferir os casos divergentes e demonstrar informações presentes nas fichas e ausentes nas planilhas, e vice-versa.

Além da análise documental, aplicou-se questionário a doze policiais militares, oficiais e praças, de unidades sediadas em Campina Grande (Comando de Policiamento Regional I e 2º e 10º BPM), selecionados de forma intencional, por julgamento, em razão de sua atuação direta ou indireta no planejamento (a justificativa do número e dos critérios é detalhada na seção 3.2). O instrumento, composto por questões objetivas e subjetivas, buscou captar a percepção quanto à utilidade, às limitações e às contribuições das informações do CICC; as respostas objetivas foram analisadas por estatística descritiva e as abertas, interpretadas qualitativamente. Asseguraram-se o anonimato e a confidencialidade dos participantes, com uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos.

3.2 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

O desenho adotado impõe limitações que orientam a leitura dos resultados e apontam caminhos para sua superação. A primeira refere-se ao recorte temporal de um único mês (março de 2026). Pesquisas voltadas a tendências e à sazonalidade da criminalidade costumam apoiar-se em séries históricas de doze meses ou mais; este estudo, contudo, dirige-se à qualidade da informação, e os defeitos aqui examinados (campos vazios, tempos não decompostos, divergência de classificação e perda na integração entre os sistemas) são de natureza estrutural, próprios do processo de produção e exportação dos registros, e não fenômenos sazonais.

Por isso, o censo das 2.839 ocorrências de um mês completo, sem amostragem, é suficiente para caracterizá-los, eliminando o viés de seleção e assegurando representatividade integral do período. A ampliação para séries históricas mais longas permanece recomendável ao estudo de tendências e variações sazonais, registrada como agenda futura.

A segunda limitação diz respeito à validade externa. Por tratar-se de estudo de caso de um único CICC, os achados circunscrevem-se à realidade de Campina Grande e não são automaticamente generalizáveis a outros centros e unidades operacionais. A replicação em diferentes CICCs e unidades do estado é o caminho para ampliar a validade externa e verificar em que medida os problemas identificados são sistêmicos, proposta igualmente remetida à agenda futura.

A terceira limitação refere-se ao questionário, cabendo distinguir as duas frentes do estudo. A análise documental é censitária (2.839 registros, sem amostragem) e constitui a evidência principal; o questionário cumpre função complementar e qualitativa, destinada a triangular os achados documentais com a experiência prática dos usuários, e não a fundamentar inferências populacionais.

Os doze respondentes não configuram, portanto, uma amostra probabilística: resultaram de seleção intencional, por julgamento, orientada a contemplar os perfis-chave de uma população reduzida e finita, qual seja, a dos oficiais e praças que efetivamente atuam no planejamento operacional das unidades sediadas em Campina Grande (CPR I, 2º e 10º BPM), com atuação direta e indireta. Coerentemente com esse papel, os resultados perceptivos devem ser lidos como indícios convergentes, e não como medidas generalizáveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados organiza-se em três eixos documentais: a caracterização e comparação das fontes; a integração entre as bases de dados do CICC e do SIGPMPB, com as divergências e perdas entre elas; e a avaliação da qualidade da informação, quanto à completude e à consistência. De cada eixo decorrem propostas de melhoria do processo, e a eles soma-se a percepção de oficiais e praças, captada por questionário (seção 4.4).

4.1 FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS REGISTROS E CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS

As seções de planejamento e controle acessam os registros, ordinariamente, pelo sistema interno da Polícia Militar (SIGPMPB), interligado ao do CICC. A fonte de uso mais frequente é a planilha exportada do SIGPMPB (Excel/CSV), que reúne todas as ocorrências em formato tabular; quando é preciso aprofundar um caso, baixa-se individualmente a ficha em PDF do próprio SIGPMPB. As fontes do CICC (planilha de exportação direta e fichas do sistema de despacho) não integram o fluxo ordinário de consulta, pois dependem de solicitação formal ao Centro.

A ordem prática de facilidade de acesso é, portanto: (1) planilha do SIGPMPB; (2) fichas do SIGPMPB; (3) planilha do CICC; e (4) fichas do CICC. Embora derivem de sistemas interligados, essas fontes diferem quanto ao conjunto e ao detalhamento das informações, aspecto diretamente relevante ao planejamento.

Os dois formatos de planilha (Excel e CSV) têm os mesmos 43 campos, diferindo só no arquivo; a comparação relevante é, portanto, entre a planilha e a ficha em PDF. A planilha organiza os dados de forma tabular, com uma ocorrência por linha e variáveis padronizadas, adequada à análise quantitativa de grandes volumes; a ficha detalha qualitativamente cada ocorrência, descrevendo item a item o que na planilha é mero quantitativo (“QTD Viatura”, “QTD Envolvido”).

A comparação revela três conjuntos de campos: os comuns aos dois formatos; os exclusivos da planilha, de classificação agregada (os Quadrantes de Polícia Preventiva, QPP, o Comando de Policiamento Regional e o Grupo penal); e os exclusivos da ficha, que reúne o detalhamento qualitativo (viaturas com prefixo e tempos, guarnição nominal, qualificação dos envolvidos e meios empregados) reduzido na planilha a meros quantitativos.

Cada método tem, assim, potencialidades distintas: a planilha favorece a análise agregada (áreas críticas, horários e recorrências), convergindo com Clarke e Eck (2007) e Costa, Oliveira e Araújo (2023) quanto ao valor de dados estruturados para a decisão; a ficha é imprescindível à compreensão qualitativa de cada ocorrência. Nenhum formato basta isoladamente, o que reforça a utilização conjunta das fontes, em consonância com Marcineiro et al. (2022) e Pinto e Ribeiro (2008).

Essa diferença tem consequência prática: como as fichas exigem acesso individual, inviável no volume mensal (2.839 em março de 2026), o trabalho cotidiano apoia-se quase sempre na planilha do SIGPMPB. Com isso, análises que dependem de dados restritos às fichas (emprego por viatura e guarnição, tempos e quilometragem por equipe, perfil dos envolvidos, meios empregados e atuação interinstitucional) permanecem inviabilizadas, impedindo estudos de carga de trabalho, tempo de resposta, vitimização, modus operandi e articulação interagências.

As mesmas ocorrências podem ser obtidas no sistema de despacho do CICC, também em planilha e ficha, com estrutura e conteúdo distintos dos do SIGPMPB; utilizadas aqui como fontes complementares de conferência, têm o cotejo sintetizado, por sistema, nos Quadros 1 (SIGPMPB) e 2 (CICC).

Quadro 1 – Informações das fontes do SIGPMPB (planilha e ficha de ocorrência)

Informação	Planilha SIGPMPB	Ficha SIGPMPB
Unidade responsável (batalhão)	por município (toda Campina Grande = “2º BPM”)	constante (“2º BPM”)

Operador/atendente que registrou	não preenchido	não exibido
Relato/comentário de conclusão	ausente (“Nada declarado”)	ausente
Relato inicial (histórico do chamado)	presente	presente
Origem da chamada	constante (“importação – CICC”)	genérica (“CICC”)
Classificação da ocorrência	natureza e grupo (sem código)	natureza (sem código)
Tempos de atendimento	presentes (parciais zerados)	presentes
Viaturas, guarnição e envolvidos	só quantitativos, sem guarnição (sujeitos a inflação)	detalhados, item a item
Solicitante e telefone	presentes	presentes
Coordenadas geográficas	presentes	presentes

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Quadro 2 – Informações das fontes do CICC (planilha e ficha de ocorrência)

Informação	Planilha CICC	Ficha do CICC
Unidade responsável (batalhão)	permite inferir a unidade real pelo grupo de despacho/AISP (inclusive 10º BPM em Campina Grande)	não destaca o batalhão
Operador/atendente que registrou	preenchido	nominal (usuário, coordenador, atendente)
Relato/comentário de conclusão	presente	presente (fechamento do despacho)
Relato inicial (histórico do chamado)	ausente	presente (abertura)
Origem da chamada	discriminada (ex.: telefone)	discriminada (ex.: telefone)
Classificação da ocorrência	categoria, tipo e subtipo com códigos	tipo e subtipo
Tempos de atendimento	ausentes (apenas o despacho)	presentes
Viaturas, guarnição e envolvidos	ausentes	quantitativos corretos (sem inflação)
Solicitante e telefone	ausentes	presentes
Coordenadas geográficas	presentes, porém corrompidas	presentes (corretas)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O cotejo evidencia que parte do que falta na planilha do SIGPMPB (unidade responsável, operador e relato de conclusão) está nas fontes do CICC, de modo que as lacunas decorrem de perda na integração, e não de inexistência do dado. A ficha do CICC é, individualmente, a mais completa, mas nenhuma fonte reúne, isoladamente, tudo: o retrato mais completo só emerge da combinação das quatro.

4.2 INTEGRAÇÃO ENTRE AS BASES DE DADOS: DIVERGÊNCIAS E PERDAS (CICC E SIGPMPB)

Um dos achados centrais deste estudo decorre do confronto direto entre as duas bases. Embora derivem de sistemas interligados, a base do CICC e a do SIGPMPB utilizada pelo planejamento não coincidem: divergem tanto na cobertura dos registros (ocorrências que constam de uma e não da outra) quanto no conteúdo de uma mesma ocorrência presente em ambas.

Quanto à cobertura, a perda é expressiva e fortemente unidirecional. Pelo número da ocorrência, o CICC registrou, nos quatro municípios, 3.004 ocorrências distintas em março, ante 2.827 no SIGPMPB: 180 (6,0%) constam apenas do CICC e não foram importadas para a base do planejamento, ante apenas três no sentido inverso. A lacuna confirma-se na CPR I inteira (4.941 ante 4.660; perda de 5,8%), afastando artefato do recorte, e é fortemente assimétrica: 286 ocorrências constam só do CICC e apenas cinco só do SIGPMPB.

A supressão, ademais, não é aleatória: predominam naturezas de alto volume (perturbação do sossego, cerca de um terço dos registros perdidos) e tipos sensíveis (violência doméstica), de modo que a perda distorce o próprio perfil das ocorrências disponíveis ao planejamento, e não apenas o total.

Quanto ao conteúdo, as ocorrências presentes em ambas as bases mostram-se coerentes nos campos comuns (cidade e bairro idênticos em 100% e horários separados apenas pelo intervalo natural entre registro e despacho): a integração não corrompe os campos importados, mas suprime registros inteiros. A divergência reaparece, contudo, no cotejo de versões de um mesmo registro, com quantitativos de viaturas inflados e coordenadas corrompidas na planilha do SIGPMPB ante a ficha do CICC (Quadro 3, seção 4.3). A escolha de uma ou de outra base altera, portanto, os números obtidos.

Essa perda é percebida pelos próprios usuários, que descrevem o sistema do CICC como mais completo e isento dos “erros de importação” do SIGPMPB (seção 4.4). A convergência entre o indicador documental e a experiência relatada reforça que o gargalo não

está na origem da informação, mas na integração entre os sistemas, o que remete à governança de dados como condição para preservar a qualidade do registro entre a produção e o uso (Belli et al., 2024).

Esses achados recomendam intervenções no processo. Quanto à disponibilidade, impõem-se rotinas automatizadas de exportação e verificação de integridade que assegurem a importação completa dos registros, hoje sujeita a falhas na interface de integração (API) que comprometeram abril de 2026. Quanto à fragmentação, recomenda-se compatibilizar as saídas dos dois sistemas, de modo que a exportação preserve os campos hoje perdidos (unidade responsável, operador e relato de conclusão), incorpore as informações restritas à ficha (viaturas, guarnição, perfil dos envolvidos e meios empregados) e atribua corretamente o batalhão em uma única extração, dispensando a composição manual.

4.3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO: COMPLETUDE E CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

A avaliação considerou duas dimensões: a completude (preenchimento efetivo dos campos) e a consistência (coerência interna dos dados), abrangendo a totalidade das 2.839 ocorrências de março de 2026 (Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba).

Antes de examinar os indicadores, cumpre distinguir dois tipos de registro na exportação. Além dos atendimentos, a base inclui consultas de rua ao CICC: verificações de pessoas (natureza “Qra”) e de veículos (natureza “Veicular”) feitas em patrulhamento, que abrem uma ficha a cada consulta. Somam 605 registros (21,3%), identificáveis pela natureza inicial “Não cabe” e finalizados no local; como a exportação não os sinaliza, inflam a contagem de “ocorrências” e contaminam vários indicadores de qualidade.

Quanto à completude, seis campos apresentaram ausência total (100%), conforme a Tabela 1: localidade, número do boletim de ocorrência (BO), coordenador, operador, telefonista e delegacia. Embora alguns reflitam o próprio fluxo de atendimento, a inexistência integral de informação sobre os responsáveis pelo atendimento compromete a rastreabilidade e a responsabilização funcional.

Tabela 1 – Indicadores de completude dos campos (março/2026; n = 2.839)

Campo	Registros em branco	%
Localidade	2.839	100,0
Número do BO	2.839	100,0
Coordenador	2.839	100,0

Operador	2.839	100,0
Telefonista	2.839	100,0
Delegacia	2.839	100,0
Grupo (classificação penal)	607	21,4
Telefone do solicitante	84	3,0
Georreferência (latitude/longitude)	32	1,1
Bairro	3	0,1
Natureza final	2	0,1

Fonte: Elaborada pelos autores (2026), a partir das planilhas exportadas do sistema da Polícia Militar (SIGPMPB) de Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba.

Observou-se ainda ausência parcial em variáveis relevantes: o campo Grupo (classificação penal) constava vazio em 21,4% dos registros, quase integralmente as consultas referidas, que não recebem tipificação penal, de modo que, entre os atendimentos reais, a ausência de Grupo cai a 0,1%; o telefone do solicitante faltava em 3,0%; e a georreferência, em 1,1%.

Esses percentuais, contudo, subestimam a lacuna real, pois alguns campos admitem valores-sentinelas: o telefone, por exemplo, traz “NÃO INFORMADO” em outros 583 registros, de modo que 23,5% das ocorrências não dispõem de número utilizável. Quanto à localização, embora apenas 1,1% não tenham coordenadas, em 270 registros (9,5%) o logradouro limita-se ao nome do município e recebe as coordenadas do respectivo centroide (154 deles no mesmo ponto, em Campina Grande), o que compromete a precisão espacial ainda que o campo esteja preenchido. A ausência de bairro (0,1%) associa-se a ocorrências registradas por dispositivo móvel, cujo fluxo não exporta esse campo.

Situação correlata é a de campos preenchidos com valor único, que não diferenciam as ocorrências: “Local do Fato” é “Outros”, “QTD Objeto” é zero e “Relato Final” é “Nada declarado” em 100% dos registros, restando conteúdo descritivo apenas no relato inicial. Somados aos seis campos vazios da Tabela 1 e aos três tempos parciais zerados, evidenciam que parte expressiva da ficha apresenta apenas aparente riqueza informacional.

Situação particularmente crítica é a identificação da unidade. O campo “OPM” atribui a unidade por município, não por área de batalhão: as 2.678 ocorrências de Campina Grande e Boa Vista recebem “2º BPM” (embora cerca de metade dos bairros de Campina Grande seja do 10º BPM), enquanto só Lagoa Seca e Massaranduba (161) figuram como “10º BPM”.

O campo “AISP” é igualmente constante (“10ª AISP” em todos os 2.839 registros) e ainda contradiz o “OPM”: como a 10ª AISP corresponde ao 10º BPM e a 22ª ao 2º BPM, as ocorrências de Campina Grande aparecem ao mesmo tempo como “10ª AISP” (10º BPM) e

como “2º BPM”, dois campos territoriais mutuamente incoerentes, nenhum apto a identificar a unidade.

Tampouco o “QPP” supre a lacuna (“Toda Campina Grande” em todos os registros). Como a base é importada do CICC, a importação rotula a unidade pelo município, sem distinguir os batalhões dentro de Campina Grande, o que inviabiliza o planejamento por unidade e obriga a reunir o quadro de cada batalhão por filtragem manual de bairros, sujeita a erro.

A exportação direta do CICC, ao contrário, infere corretamente as unidades pelo grupo de despacho/AISP (a 22ª AISP ao 2º BPM e a 10ª AISP ao 10º BPM), atribuindo, em março de 2026, 1.085 ocorrências ao 2º BPM e 906 ao 10º BPM dentro de Campina Grande, prova de que a informação existe na origem e se perde na exportação usada pelo planejamento. As exportações de Lagoa Seca e Massaranduba reproduzem os mesmos defeitos (tempos zerados, ausência de operador e de relato de conclusão, divergência de natureza em 69,0% e 48,6%), indicando caráter sistêmico.

Quanto à consistência, os maiores impactos estão nos tempos de atendimento (Tabela 2). Em 100% dos registros, os três tempos parciais (despacho, deslocamento e permanência) estavam zerados (00:00:00), embora o tempo total estivesse preenchido. Assim, ainda que o sistema preveja a decomposição do tempo, esses campos não carregam informação útil, restando apenas o tempo total, o que impede análises de tempo de resposta e de desempenho operacional.

Tabela 2 – Indicadores de consistência dos registros (março/2026; n = 2.839)

Indicador	Ocorrências	%
Tempos parciais (despacho, deslocamento e permanência) zerados	2.839	100,0
Natureza inicial divergente da natureza final	1.819	64,1
Ocorrências sem viatura registrada (QTD Viatura = 0)	709	25,0
Registros duplicados	12	0,4
Registros com status “Aberta”	3	0,1

Fonte: Elaborada pelos autores (2026), a partir das planilhas exportadas do sistema da Polícia Militar (SIGPMPB) de Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba.

Verificou-se divergência entre a natureza inicial e a final em 64,1% dos registros (1.819 ocorrências). Tal divergência não é necessariamente erro, podendo decorrer da dinâmica do atendimento, em que a tipificação preliminar do despacho é revista no local.

Parte dela, ademais, decorre das consultas de rua, contabilizadas como divergência sem reclassificação real. Ainda assim, excluídas as consultas, a divergência recai sobre 54,3% dos atendimentos reais, magnitude que confirma a baixa confiabilidade da natureza inicial, isoladamente, para o planejamento.

Quanto à ausência de viatura (25,0%, 709 casos), o cruzamento revelou que 605 são, na verdade, consultas de rua, que não empenham viatura; entre os atendimentos reais, a ausência cai para 4,7% (104 casos), majoritariamente “solucionados no local”, falha pontual de registro, não ocorrência desatendida. Os registros duplicados (doze números, em vinte e quatro linhas divergentes) e os três com status “Aberta” completam o quadro de inconsistências, que converge com Marcineiro et al. (2022) quanto ao preenchimento e às incoerências como obstáculos ao uso estatístico.

O exame das fichas confirmou e aprofundou o problema (Quadro 3). Nas duplicidades, as linhas repetidas correspondem a um mesmo evento (idêntico número interno do CICC), em versões que se contradizem quanto a viaturas e tempo total. Fenômeno correlato ocorre mesmo em registros não duplicados: em um deles, a planilha contabilizou treze viaturas e dezesseis veículos, enquanto a ficha exportada diretamente do CICC indica uma única viatura e um único veículo, inflação de cerca de treze vezes. Mesmo os campos quantitativos podem, portanto, estar inflados, pois a exportação por vezes mantém todas as versões sucessivas de uma ficha e soma seus quantitativos, em vez de consolidar uma única.

Quadro 3 – Divergências entre versões de um mesmo registro (março/2026)

Registro	Versão	Viaturas	Veículos	Tempo total
PM20260302 00596874	1	2	0	0
PM20260302 00596874	2	1	0	00:26:27
PM20260313 00604259	1	2	0	0
PM20260313 00604259	2	1	0	00:25:12
PM20260308 00601359	planilha SIG	13	16	01:16:55
PM20260308 00601359	ficha do CICC	1	1	01:14:38

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir da planilha do sistema da Polícia Militar (SIGPMPB) e das fichas de ocorrência.

Tais divergências são particularmente sensíveis ao planejamento, pois recaem sobre os indicadores de emprego operacional (viaturas) e de tempo de atendimento, implicando que a escolha de uma ou de outra versão do registro altera os números obtidos.

Identificou-se, ainda, falta de padronização: no recorte principal analisado (n = 2.839), valores iniciados por “anônimo” ou “anônima” aparecem em 594 registros (20,9%), com variações de preenchimento que dificultam a agregação automatizada. Em contrapartida, parte dos campos mostrou-se bem preenchida e útil: o relato inicial, os quantitativos e os campos “Ocorrido” (consumado/tentado/nada constatado) e “Providência” (solucionada no local, rondas, encaminhamento, trote), de modo que as limitações convivem com um núcleo de informação aproveitável.

Constatou-se, por fim, limitação técnica no arquivo CSV exportado do SIGPMPB: os campos de texto com vírgulas (endereço) ou quebras de linha (relato) não são delimitados por aspas, em desacordo com o padrão do formato, o que desalinha as colunas e fragmenta os registros na importação automatizada; na exportação da CPR I, quase todas as linhas lógicas apresentavam número de colunas diferente do cabeçalho. A falha obriga o uso da versão em Excel e dificulta o processamento por ferramentas de análise.

Desses indicadores derivam recomendações de melhoria. Quanto à completude, sugere-se definir campos obrigatórios para informações essenciais, em especial a georreferência precisa, substituir os valores-sentinela por preenchimento efetivo, sinalizar na exportação o tipo de registro, separando consultas de rua dos atendimentos, e preencher a unidade conforme o batalhão responsável pela área, viabilizando o planejamento por unidade. Quanto à consistência, recomendam-se validações que impeçam tempos parciais zerados quando há tempo total, sinalizem divergências de classificação e consolidem em uma única versão as múltiplas gerações de uma ficha, além da correção do CSV para permitir a importação direta por ferramentas analíticas.

4.4 PERCEPÇÃO DOS OFICIAIS E PRAÇAS SOBRE AS INFORMAÇÕES DO CICC

Para articular a avaliação documental à experiência prática dos usuários, aplicou-se questionário (Apêndice A) a doze policiais militares lotados em unidades sediadas em Campina Grande, a saber, o Comando de Policiamento Regional (CPR I) e os 2º e 10º BPM, selecionados de forma intencional, por sua atuação direta ou indireta no planejamento operacional ostensivo. Esta subseção apresenta a percepção desses profissionais quanto à

utilidade, à qualidade e às contribuições das informações produzidas pelo CICC, confrontando os dados perceptivos com os indicadores documentais das seções 4.1 a 4.3.

a) Perfil e padrão de uso

Os respondentes distribuem-se em nove praças (75,0%) e três oficiais (25,0%), nas faixas de 6 a 10 anos (um), de 11 a 20 anos (oito) e de mais de 20 anos de serviço (três); todos os doze atuam, direta (dez) ou indiretamente (dois), no planejamento. O uso é majoritariamente diário (oito respondentes), com um semanal, dois que o fazem apenas raramente e um que declara nunca utilizar diretamente essas informações.

O acesso se dá sobretudo pela planilha eletrônica e pela consulta ao sistema interno (sete menções cada), ao passo que três respondentes (lotados no comando regional) não acessam os dados diretamente, recebendo-os já tratados. Quanto à fonte mais útil, a ampla maioria apontou a combinação das fontes (nove), seguida da planilha (dois) e da exportação direta do CICC (um), o que converge com o achado documental de complementaridade (seção 4.1).

b) Percepção sobre a qualidade da informação

Na avaliação da qualidade (escala de 1 a 5, Tabela 3), nenhuma dimensão alcançou avaliação claramente positiva. As mais bem avaliadas, a adequação de efetivo e viaturas (3,3) e a identificação do batalhão (3,2), mal superaram o ponto neutro, e esta última dividiu os respondentes. Os menores escores recaíram sobre a completude dos campos (1,8; 91,7% discordam), a confiabilidade da classificação da natureza (1,9) e a confiabilidade/precisão das informações (2,0), espelhando, no exame documental, os campos vazios, os valores-sentinela e a divergência entre natureza inicial e final (seção 4.3). As demais dimensões, disponibilidade, localização e utilidade dos tempos, situaram-se entre 2,5 e 2,8, confirmando as fragilidades documentadas.

Tabela 3 – Percepção sobre a qualidade da informação (escala de 1 a 5; n = 12)

Item avaliado		Média	Concordam (4–5) %	Discordam (1–2) %
Completude dos campos		1,8	0,0	91,7
Confiabilidade/precisão		2,0	8,3	83,3
Disponibilidade em tempo hábil		2,5	16,7	58,3
Adequação da localização/georreferência		2,8	41,7	41,7

Confiabilidade da classificação da natureza	1,9	0,0	91,7
Utilidade dos tempos de atendimento	2,8	25,0	25,0
Adequação das informações de efetivo/viaturas	3,3	58,3	25,0
Identificação do batalhão/unidade responsável	3,2	50,0	33,3

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

c) Percepção sobre a contribuição ao planejamento

Apesar das ressalvas de qualidade, a contribuição ao planejamento foi avaliada de forma mais favorável (Tabela 4): a importância geral da ferramenta obteve a maior média (4,1), e as demais dimensões (identificar áreas críticas, definir horários, orientar o efetivo e apoiar a decisão) situaram-se em 3,7. Esse contraste, a importância reconhecida ante a baixa avaliação da qualidade, é o achado central da percepção: os profissionais reconhecem o valor da informação, mas convivem com limitações que a tornam subaproveitada.

Tabela 4 – Percepção sobre a contribuição ao planejamento (escala de 1 a 5; n = 12)

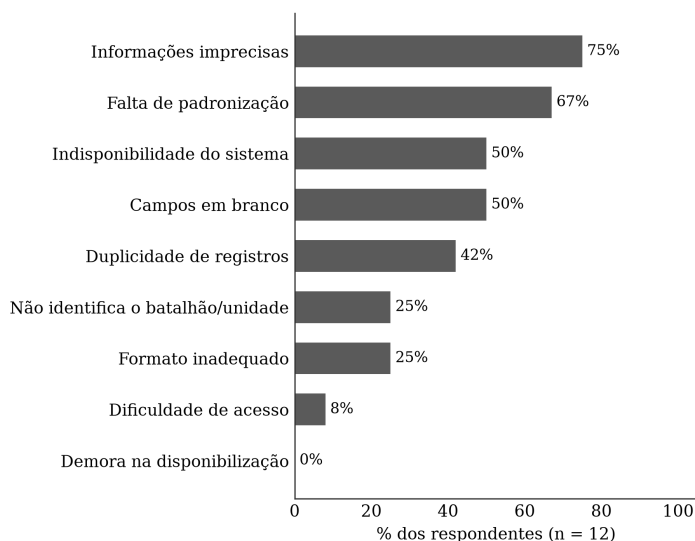
Item avaliado	Média	Concordam (4–5) %	Discordam (1–2) %
Identificar áreas críticas	3,7	75,0	16,7
Definir horários de policiamento	3,7	75,0	16,7
Orientar o emprego do efetivo	3,7	75,0	16,7
Apoiar a tomada de decisão	3,7	75,0	16,7
Importância geral para o planejamento	4,1	83,3	8,3

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

d) Limitações apontadas e sugestões de melhoria

Entre os problemas elencados (Figura 1), os mais assinalados foram as informações imprecisas ou incorretas (75,0%), a falta de padronização (66,7%) e, com 50,0% cada, a indisponibilidade do sistema e os campos em branco, agenda que reproduz, na percepção, os problemas medidos nas seções 4.2 e 4.3. A experiência de indisponibilidade é recorrente: dez dos doze respondentes já a enfrentaram, confirmando a fragilidade do processo de obtenção dos dados.

Figura 1 – Problemas apontados pelos respondentes (% de menções; n = 12)



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nas respostas abertas, as informações apontadas como faltantes concentraram-se na qualificação dos envolvidos (CPF e perfil), no detalhamento do local do fato, nos quantitativos de drogas e armas apreendidas e na compatibilização da tipificação final com o desfecho da ocorrência; as sugestões de melhoria gravitaram, de modo recorrente, em torno do treinamento e da capacitação dos operadores, do preenchimento integral dos campos e do acesso direto às ocorrências registradas no CICC.

É ilustrativa a manifestação de que “muitas vezes a tipificação final é diferente da registrada durante o 190, sendo necessário atualizar o tipo no fechamento da ocorrência”, eco direto da divergência de natureza medida na seção 4.3, ao passo que as referências dos respondentes à maior completude do CICC e à ausência de “erros de importação” em seu sistema corroboram, na voz dos usuários, a perda na integração analisada na seção 4.2.

Em síntese, a percepção reforça os achados documentais: as dimensões pior avaliadas (completude, confiabilidade e classificação da natureza) correspondem às falhas mais graves do exame documental (campos vazios, valores-sentinela e divergência entre natureza inicial e final), e as respostas abertas corroboram, na linguagem dos próprios usuários, tanto a perda de informação na importação quanto a inconsistência da tipificação. As informações do CICC são, assim, reconhecidas como importantes, mas têm o potencial limitado pela qualidade e pela disponibilização dos dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a contribuição das fichas de ocorrência do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Campina Grande para o planejamento operacional ostensivo da Polícia Militar, deslocando o foco da análise da criminalidade para a qualidade da informação disponibilizada por esses registros.

A análise documental respondeu ao problema de pesquisa: as fichas contribuem para o planejamento operacional ostensivo, porém de forma limitada pela qualidade e pela disponibilização dos dados. Os registros chegam por quatro fontes complementares, e nenhuma basta isoladamente. Parte do que falta na planilha do planejamento (identificação do batalhão, operador e relato de conclusão) existe na origem, no CICC, cuja ficha é a fonte individual mais completa, evidenciando perda na integração, e não inexistência do dado.

As limitações de qualidade foram relevantes em ambas as dimensões: na completude, campos integralmente vazios, valores-sentinela (telefone utilizável em 23,5%, coordenadas de centroide em 9,5%) e os campos de unidade constantes e contraditórios, que impedem o planejamento por batalhão; na consistência, os tempos sem decomposição (100%) e a divergência entre natureza inicial e final (64,1%), além de cerca de 21% de consultas de rua não sinalizadas, que distorcem indicadores. Tais achados confirmam, no CICC de Campina Grande, as observações de Marcineiro et al. (2022) sobre preenchimento e inconsistência dos registros.

Soma-se a fragilidade do próprio processo de obtenção dos dados, evidenciada pela indisponibilidade do sistema de exportação durante a coleta: a contribuição das fichas depende não apenas do conteúdo dos registros, mas também da confiabilidade e da continuidade das rotinas de produção e disponibilização da informação.

Respondendo às questões que orientaram este estudo: quanto à eficácia dos tipos de dados, o conjunto de campos é, em princípio, pertinente ao planejamento (natureza, localização, tempos, efetivo e meios empregados), mas sua eficácia é comprometida pelo preenchimento. Quanto ao suporte oferecido pela qualidade dos dados, ele se mostrou apenas parcial, pois lacunas de completude e de consistência (notadamente a ausência de decomposição dos tempos e a impossibilidade de identificar o batalhão responsável) limitam análises essenciais ao emprego operacional.

Quanto à utilização efetiva, a percepção dos usuários confirmou que os dados são empregados e tidos como importantes para o planejamento (importância geral avaliada em 4,1 de 5,0), ainda que à custa de considerável tratamento manual. Quanto ao impacto do método,

evidenciou-se que a forma de produção e de disponibilização (em especial a integração entre os sistemas e a fragilidade das rotinas de exportação) é determinante, podendo degradar informação de boa qualidade antes que ela chegue ao planejador.

Conclui-se que o potencial das fichas como instrumento de apoio ao planejamento está parcialmente subaproveitado. As propostas sistematizadas, a saber, campos obrigatórios, validações automáticas, compatibilização entre as fontes e rotinas seguras de exportação, convergem para o fortalecimento da gestão e da governança da informação institucional, em consonância com Davenport e Prusak (1998), Pinto e Ribeiro (2008) e Belli et al. (2024).

As limitações metodológicas, detalhadas na seção 3.2 (recorte de um único mês e natureza complementar do questionário), recomendam cautela na generalização dos resultados, sobretudo dos perceptivos, que apoiam, sem substituir, a análise documental censitária.

Este estudo não pretende esgotar o tema, mas oferecer base para investigações futuras: sugere-se aprofundar a integração entre os sistemas do CICC e do SIGPMPB, ampliar o recorte para séries históricas de doze meses ou mais, comparar diferentes CICC e unidades operacionais, ampliando a validade externa, e desenvolver indicadores padronizados de qualidade. Aprimorados esses aspectos, as fichas do CICC tornam-se instrumento ainda mais efetivo de apoio ao planejamento operacional ostensivo da Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BELLI, Luca et al. **Governança de dados no setor público**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.
- CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Análise de crimes para solução de problemas**: guia de 60 pequenos passos. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.
- COSTA, Erich Fernando da; OLIVEIRA, Denis Renato de; ARAÚJO, Eric Fernandes de Mello. Planejamento policial a partir do uso de Business Intelligence (BI): a percepção do gestor policial em relação ao índice de criminalidade violenta no 8º BPM da PMMG. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 29-51, 2023.
- DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUI, Lizandro; SALES, Eric Rodrigues de. Policiamento baseado em evidências: uma revisão bibliométrica. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 344-359, 2024.
- MARCINEIRO, Nazareno; WASSEM, Luiz André; ORTMANN, Alejandro; KNIES, Rodolfo Antonio; COSTA, Luiz Felipe Medeiros da. O problema dos dados do boletim de ocorrência para fins estatísticos. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, São José do Rio Preto, v. 5, n. 13, p. 133-155, set./dez. 2022.
- PARAÍBA. Lei Complementar nº 111, de 14 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado da Paraíba, definindo os Territórios Integrados de Segurança Pública para o Estado da Paraíba, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/sistema-de-seguranca-publica-da-paraiba-lei-complementar-111-de-2012.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2026.
- PARAÍBA. Lei Complementar nº 212, de 22 de julho de 2025. Dispõe sobre a Organização Estrutural e Funcional da Polícia Militar do Estado da Paraíba e determina outras

providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://sapl3.al.pb.leg.br/norma/17835>. Acesso em: 17 jun. 2026.

PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes (org.). **A análise criminal e o planejamento operacional**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. (Série Análise Criminal, v. 1).

RATCLIFFE, Jerry H. **Intelligence-led policing**. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

SILVA, João Apolinário da. **Análise criminal: teoria e prática**. Salvador: Artpoesia, 2015.

SOARES, Philipp Augusto Krammer; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. O Centro Integrado de Comando e Controle: ferramenta de coordenação, integração e planejamento na defesa social. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 216-232, 2017.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A OFICIAIS E PRAÇAS

Este questionário integra a pesquisa “Fichas de ocorrência do CICC e o planejamento operacional da Polícia Militar: a qualidade da informação para o planejamento em Campina Grande”. A participação é voluntária e as respostas são anonimizadas, destinando-se exclusivamente a fins acadêmicos. Não há respostas certas ou erradas; busca-se a percepção do respondente sobre o uso das informações produzidas pelo CICC no planejamento operacional ostensivo.

BLOCO I – PERFIL DO RESPONDENTE

1. Categoria: ☐ Oficial ☐ Praça
2. Posto ou graduação: _____
3. Tempo de serviço na Polícia Militar: ☐ até 5 anos ☐ 6 a 10 anos ☐ 11 a 20 anos ☐ mais de 20 anos
4. Atua ou já atuou em atividades de planejamento operacional? ☐ Sim, diretamente ☐ Sim, indiretamente ☐ Não
5. Unidade (OPM) em que serve atualmente: _____
6. Com que frequência utiliza informações produzidas pelo CICC em suas atividades?
☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Raramente ☐ Nunca

BLOCO II – ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS FICHAS DE OCORRÊNCIA

7. De que forma costuma acessar as informações das ocorrências do CICC? (marque quantas se aplicarem)
☐ Planilha exportada (Excel/CSV) ☐ Ficha individual em PDF ☐ Exportação direta do CICC (mediante solicitação) ☐ Consulta direta ao sistema/intranet ☐ Relatórios elaborados por terceiros ☐ Não acesso diretamente
8. Para quais finalidades utiliza essas informações? (marque quantas se aplicarem)
☐ Definição de áreas/pontos de policiamento ☐ Escala e emprego do efetivo ☐ Definição de horários de policiamento ☐ Elaboração de relatórios ☐ Reuniões de planejamento ☐ Outras: _____
9. Qual fonte considera mais útil para o planejamento operacional?
☐ Planilha (Excel/CSV) ☐ Ficha individual (PDF) ☐ Exportação direta do CICC ☐ Combinação das fontes ☐ Nenhuma

BLOCO III – QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

(Para cada afirmação, assinale: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Indiferente; 4 – Concordo; 5 – Concordo totalmente)

10. As informações das fichas são completas (os campos relevantes vêm preenchidos). [1] [2] [3] [4] [5]
11. As informações são confiáveis e precisas. [1] [2] [3] [4] [5]
12. As informações estão disponíveis em tempo hábil para o planejamento. [1] [2] [3] [4] [5]
13. A localização das ocorrências (endereço/coordenadas) é adequada para análise espacial. [1] [2] [3] [4] [5]
14. A classificação da natureza das ocorrências é confiável. [1] [2] [3] [4] [5]
15. Os tempos de atendimento registrados são úteis e confiáveis. [1] [2] [3] [4] [5]
16. As informações sobre o efetivo e as viaturas empregadas são adequadas. [1] [2] [3] [4] [5]
17. As informações permitem identificar corretamente o batalhão/unidade (OPM) responsável pela ocorrência. [1] [2] [3] [4] [5]

BLOCO IV – CONTRIBUIÇÃO AO PLANEJAMENTO OPERACIONAL

(Mesma escala: 1 – Discordo totalmente a 5 – Concordo totalmente)

18. As fichas contribuem para identificar áreas que demandam maior policiamento. [1] [2] [3] [4] [5]
19. As fichas contribuem para definir os horários de maior emprego do efetivo. [1] [2] [3] [4] [5]
20. As fichas contribuem para o emprego racional do efetivo e das viaturas. [1] [2] [3] [4] [5]
21. As fichas contribuem para a tomada de decisão no planejamento operacional ostensivo. [1] [2] [3] [4] [5]
22. De modo geral, as fichas do CICC são uma ferramenta importante para o planejamento. [1] [2] [3] [4] [5]

BLOCO V – LIMITAÇÕES E PROBLEMAS

23. Quais os principais problemas que identifica nas informações das fichas? (marque quantas se aplicarem)

- () Campos em branco ou incompletos () Informações imprecisas ou incorretas () Demora na disponibilização () Dificuldade de acesso () Indisponibilidade do sistema () Falta de padronização () Registros duplicados () Não permite identificar o batalhão/unidade

responsável () Formato pouco adequado à análise () Outros:

24. Já enfrentou indisponibilidade do sistema ao tentar obter as informações?

() Sim, frequentemente () Sim, raramente () Não

BLOCO VI – QUESTÕES ABERTAS

25. Em sua opinião, quais informações faltam nas fichas e seriam úteis ao planejamento operacional?

26. Que melhorias sugere no processo de produção e disponibilização das fichas?

27. Comentários adicionais (opcional):
